COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 1.645, DE 2019

Altera o projeto de Lei 1.645/2019 para aplicar as alterações propostas.

(Do Sr. Paulo Ramos)

EMENDA Nº

§ 4º O adicional de disponibilidade comporá os proventos na inatividade.

§ 5º Aos militares que já se encontram na inatividade, reserva remunerada ou reformados, o percentual do adicional de disponibilidade militar a que o militar faz jus incidirá sobre o soldo do posto ou graduação que o militar detinha na data de publicação de sua transferência para a reserva remunerada, não sendo considerados postos ou graduações posteriores adquiridas em virtude de benefícios legais."

O Art. 8º do Projeto de Lei 1645/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"O Art. 8º Os percentuais do adicional de habilitação, inerente à formação dos militares, são definidos no Anexo III a esta Lei e produzirão efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas."



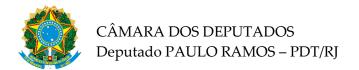
ANEXO III TABELA DE ADICIONAL DE HABILITAÇÃO

	QUANTATIVO PERCENTUAL SOBRE O SOLDO			
SITUAÇÕES	A partir 1º de janeiro de 2020	A partir 1º de janeiro de 2021	A partir 1º de janeiro de 2022	A partir 1º de janeiro de 2023
Militares estabilizados, Da reserva remunerada e reformados	35	45	55	65
Militares temporários e não estabilizados	12	12	12	12

O Art. 9º do Projeto de Lei 1645/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

O Art. 9º A gratificação de representação é parcela remuneratória devida aos militares ativos e inativos.

Parágrafo único: Os percentuais da gratificação de representação são aqueles definidos no Anexo IV a esta Lei."



ANEXO IV TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO

SITUAÇÕES	VALOR PERCENTUAL QUE INCIDE SOBRE O SOLDO
Oficial General	15%
Militares estabilizados,	
militares da reserva remunerada e reformados	10%
Militares temporários e não estabilizados	5%

O Art. 11º do Projeto de Lei 1645/2019 passaria a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 11º Os proventos na inatividade remunerada são constituídos das parcelas:
VIII – gratificação de representação, em conformidade com a tabela do anexo IV."

O Art. 15º do Projeto de Lei 1645/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 15°. Os soldos dos militares das Forças Armadas são aqueles estabelecidos no Anexo VI, VII e VIII a esta Lei e produzirão efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas."

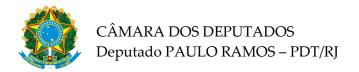
ANEXO VI TABELA DE SOLDOS DOS OFICIAIS E PRAÇAS ESPECIAIS

POSTO OU	SOLDO (R\$)	SOLDO (R\$)
GRADUAÇÃO	A partir de 1º de janeiro de	A partir de 1º de janeiro
	2019 (R\$)	de 2020 (R\$)
Almirante-de-	13.471,00	13.471,00
Esquadra, General-de-		
Exército e Tenente-		
Brigadeiro		
Vice-Almirante,	12.912,00	12.912,00
General-de-Divisão e		
Major-Brigadeiro		
Contra-Almirante,	12.490,00	12.490,00
General-de-Brigada e		
Brigadeiro		
Capitão-de-Mar-e-	11.451,00	11.451,00
Guerra e Coronel		

Capitão do Fragata o	11 250 00	11 250 00
Capitão-de-Fragata e	11.250,00	11.250,00
Tenente-Coronel		
Capitão-de-Corveta e	11.088,00	11.088,00
Major		
Capitão-Tenente e	9.135,00	9.135,00
Capitão		
Primeiro-Tenente	8.245,00	8.245,00
Segundo-Tenente	7.490,00	7.490,00
Guarda-Marinha e	6.993,00	7.315,00
Aspirante-a-Oficial		
Aspirante, Cadete	1.448,00	1.630,00
(último ano) e Aluno		
do Instituto Militar de		
Engenharia (último		
ano)		

Aspirante, Cadete (demais anos), alunos do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	1.176,00	1.334,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	1.066,00	1.199,00
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	1.044,00	1.185,00
Aprendiz-Marinheiro	981,00	1.105,00

ANEXO VII TABELA DE SOLDOS DOS GRADUADOS E PRAÇAS			
Suboficial e Subtenente	6.169,00	11.088	
Primeiro-Sargento	5.483,00	9.135,00	
Segundo-Sargento	4.770,00	<u>8.245,00</u>	
Terceiro-Sargento	3.825,00	7.490,00	
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	2.627,00	<u>3.825,00</u>	



O Art. 16º do projeto de Lei 1645/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.16. O escalonamento na tabela dos militares das Forças Armadas é aquele estabelecido no Anexo VIII a esta lei."

ANEXO III TABELA DE ESCALONAMENTO

POSTO OU GRADUAÇÃO	ÍNDICE	ÍNDICE		
	Até 31 de dezembro de 2019	A partir de 1º de janeiro de 2020		
1.OFICIAIS G	ENERAIS			
Almirante-de-Esquadra, General-de- Exército e Tenente-Brigadeiro	1000	1000		
Vice-Almirante, general-de-Divisão e Major- Brigadeiro	958	958		
Contra-Almirante, General-de-Brigada e Brigadeiro	927	927		
2.OFICIAIS SUPERIORES				
Capitão-de-mar-e-Guerra e Coronel	850	850		
Capitão-de-Fragata e Tenente-Coronel	835	835		
Capitão-de-Corveta e Major	823	823		
3.OFICIAIS INTERMEDIÁRIOS				
Capitão-Tenente e Capitão	678	678		

4.OFICIAIS SUB	ALTERNOS	
Primeiro-Tenente	612	612
Segundo-Tenente	556	556
5.PRAÇAS ESPE	CIAIS	
Guarda-Marinha e Aspirante-a-Oficial	519	543
Aspirante, Cadete (último ano) e Aluno e Instituto Militar de Engenharia (último ano)	107	121
Aspirante, Cadete (demais anos), Alunos dop Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, Aluno de Órgão de Formação de Oficiais da Reserva	87	99
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (último ano) e Aluno da Escola de Formação de Sargentos	79	89
Aluno do Colégio Naval, Aluno da Escola Preparatória de Cadetes (demais anos) e Grumete	77	88
Aprendiz-Marinheiro	73	82
6.PRAÇAS GRA	DUADOS	
Suboficial e Subtenente	458	<u>823</u>
Primeiro-Sargento	407	<u>678</u>
Segundo-Sargento	354	<u>612</u>
Terceiro-Sargento	284	<u>556</u>
Cabo (engajado) e Taifeiro-Mor	195	<u>284</u>
Cabo (não engajado)	71	80

7. DEMAIS PRAÇAS			
Taifeiro de 1º Classe	172	172	
Taifeiro de 2º Classe	164	164	
Marinheiro, soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1º Classe (especializados, cursados e engajados), Soldado-Clarim ou Corneteiro de 1ª Classe e Soldado Paraquedista (engajado)	138	143	
Marinheiro, soldado Fuzileiro Naval e Soldado de 1º Classe (especializados) e Soldado-Carim ou Corneteiro de 2ª Classe, Soldado do Exército e Soldado de 2ª Classe (engajado)	116	131	
Marinheiro-Recruta, recruta, soldado- Recruta, soldado de 2ª Classe (não engajado) e Soldado-Clarim ou Corneteiro de 3ª Classe)	71	80	

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

A proposta de emenda ao Projeto de Lei 1645/2019 visa corrigir as diversas discrepâncias em relação à carreira dos graduados. Fica evidente que o projeto de lei precisa sofrer ajustes, por parte dos nobres Deputados e Senadores, corrigindo imperfeições e evitando injustiças com a carreira dos graduados das Forças Armadas, a qual está sendo prejudicada na proposta enviada pelo Poder Executivo. A reestruturação apresentada nesse Projeto de Lei tem por escopo privilegiar a carreira dos oficiais em detrimento da carreira dos graduados.

No que diz respeito ao artigo 7º do Projeto de Lei, o qual regulamenta o adicional de disponibilidade de disponibilidade foi suprimida a redação longa e dúbia do §4º e introduzido o § 5º. A Nova redação, mais simples, objetiva e que garante aplicabilidade tanto aos militares da ativa quanto aos da inatividade, independentemente de serem da reserva remunerada ou

reformados, estabelece ponto específico e indubitável para fazer jus ao adicional de disponibilidade. Nesse contexto, cabe reforçar os preceitos da Lei Complementar nº95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina, ainda, o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, que estabelece normas para consolidação dos atos normativos, determinados que o texto legal seja objetivo e com a menor dubiedade possível, verbis:

Art. 1º A elaboração, a redação. A alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. As Disposições desta Lei Complementar aplicam-se, ainda, às medidas provisórias e demais atos normativos referidos no art.59 da Constituição Federal, bem como, no que couber, aos decretos e aos demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo. (Grifo nosso)

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, Precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

[...]

II – para a obtenção de precisão;

 a) Articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;

[...]. (Grifo nosso)

Quanto ao artigo 8º do Projeto de Lei, que trata do adicional de habilitação, o mais lacunoso, conforme Nota Técnica previamente disponibilizada. Na presente sugestão de redação retirou-se a menção a cursos de altos estudos, unificando-se o adicional para todos os militares, pela formação e aprimoramento do militar ao longo da carreira, conforme a tabela do Anexo III.

Tal parâmetro unificada é mais justo e coerente, pois todos aquele que possuem formação militar receberão o adicional, conforme as porcentagens especificadas na tabela. Necessário salientar que todos os militares estabilizados possuem formação militar específica; portanto, equânime a unificação em lei, evitando, assim, distorções que possam advir de portarias que porventura venham a ser editadas pelas Forças de forma independente.

A padronização legal para o recebimento do adicional de habilitação, por todos os militares estabilizados e os inativos no âmbito das três forças, evita eventuais ações discriminatórias internas. Ainda, a unificação e a padronização pactuam com os princípios constitucionais da igualdade e isonomia, bem como permite ao País ter Forças Armadas com alto padrão de qualidade e qualificação.

No que diz respeito ao controverso artigo 9º, adicional de representação, foi modificado o texto para igualmente unificar o percebimento da gratificação, haja vista a representação uma condição de todo os militares. Quando o militar veste sua farda automaticamente está representando não apenas sua Organização Militar, mas, em verdade, toda a Força; portanto, não pode existir gratificação de representação somente para uma determinada classe de militares.

O texto original do Projeto de Lei agraciava somente os oficiais generais com o direito ao recebimento da gratificação, o que é totalmente injustificável, uma vez que todos os militares de carreira, em especial oficiais e graduados, em variados momentos representam a Força a que pertencem, bem como exercem atividades de chefia, comando, instrução e operação; portanto, não pode existir gratificação destinada a uns e não a outros quando todos, eventualmente, exercem as mesmas ou similares funções.

A tabela do Anexo IV foi ajustada de forma a tornar mais justa e equânime o recebimento da gratificação de representação.

No que tange as tabelas do anexo VI, VII e VIII foram ajustadas de forma a garantir um soldo digno aos graduados que



também são militares de carreira, concursados, mas que ao longo do tempo tiveram seus soldos defasados em função de uma tabela única de escalonamento vertical entre carreiras distintas.

É imperiosa a percepção de que existem duas carreiras dentro da estrutura militar, e que, para cada carreira, deve haver uma tabela autônoma, permanecendo cada qual com seu escalonamento vertical, dentro da respectiva carreira.

Brasília-DF, 21 de agosto de 2019.

PAULO RAMOS

Deputado Federal PDT/RJ